



CÂMARA MUNICIPAL DE OURO FINO

REQUERIMENTO N°. 009/2025

EXMO. SR. CLÓVIS COLDIBELI, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE OURO FINO/MG

CAROS COLEGAS VEREADORES

Data: 28/04/2025

07º Sessão Ordinária

APROVADO

REJEITADO


Presidente


Vice-Presidente


Secretário

A Vereadora que a este subscreve, com amparo no art. 193, § 3º, inciso “X”, do Regimento Interno, requer, após ouvido o soberano Plenário desta Casa de Leis, seja encaminhado ao Executivo Municipal o presente **REQUERIMENTO**, solicitando informações acerca de animais soltos em vias urbanas, criação de gado no perímetro urbano e esgoto a céu aberto, sendo elas:

1. Quais medidas estão sendo tomadas pelo setor competente quanto à presença de animais soltos nas vias públicas do município?
2. Há fiscalização ativa sobre a criação de gado no perímetro urbano, especialmente à luz do disposto no art. 99 do Código de Posturas Municipal?
3. Com base no requerimento enviado anteriormente (Req. n.º 033/2024 em anexo), quais providências foram adotadas em relação ao esgoto a céu aberto na Rua Carlos Gomes, nº 202, fundos, bem como em relação ao gado que habitavam aquele local onde existe uma nascente, conforme Relatório de Vistoria n.º 086/2024 (doc. anexo)?

JUSTIFICATIVA

Este requerimento reitera e amplia preocupações já manifestadas anteriormente por esta vereadora, tendo como objetivo a apuração de situações que afetam diretamente a saúde pública e a qualidade de vida da população.



CÂMARA MUNICIPAL DE OURO FINO

Com relação à presença de animais soltos e criação de gado em perímetro urbano, o Código de Posturas Municipal é claro em sua legislação. O art. 95 proíbe a permanência de animais nas vias públicas; o art. 96 determina o recolhimento de tais animais; e o art. 99 proíbe expressamente a criação de qualquer espécie de gado dentro do perímetro urbano. No entanto, moradores continuam relatando situações recorrentes que infringem essas normas, causando riscos sanitários e ambientais.

No tocante ao esgoto a céu aberto na Rua Carlos Gomes, nº 202, já foi encaminhado anteriormente requerimento específico solicitando ações do DMAAE, como vistorias técnicas, identificação da origem e medidas corretivas. Considerando a gravidade do problema — que representa risco direto à saúde dos moradores e degradação ambiental —, é fundamental saber se as providências foram devidamente tomadas e, caso contrário, cobrar urgência na atuação do Poder Executivo.

Diante disso, solicitamos não apenas informações detalhadas, mas a efetiva atuação dos órgãos competentes, com fiscalização ativa, medidas corretivas e comunicação transparente com os cidadãos afetados.

Sala das Sessões “Vereador Antônio Olinto Alves” em 24 de abril de 2025.